



A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA UFS: ENTRAVES E ALTERNATIVAS

GEOVÂNIA MOURA VASCONCELOS
JENNY DANTAS BARBOSA

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a composição dos recursos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) apresentando os entraves e alternativas para ampliar a captação da receita. Explana uma abordagem histórica dos valores e fatos que definiram as fontes consolidadas de recursos no período de 1998 a 2008 da UFS e evidencia a importância do financiamento como lastro de sustentabilidade às políticas públicas educacionais. Para desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes recursos: bibliografias inerentes ao tema, documentos contábeis extraídos do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), do Governo Federal e, os Relatórios de Gestão do período compreendido neste trabalho. Dentre os resultados obtidos, destacam-se os seguintes: a captação de recursos por meio de descentralização de crédito, oriundos de projetos e parcerias, é uma alternativa para majorar os créditos orçamentários da instituição, posto que a dotação liberada pelo governo é limitada e; a UFS poderia, ainda, implementar a *estratégia de inteligência* para captação de recursos por meio de doações. Com relação à capacidade de execução orçamentária, a instituição praticamente realiza plenamente sua dotação.

Palavras-chave: Receita pública, financiamento das IFES, UFS.

1. Introdução

A necessidade de sobrevivência da sociedade contribuiu para o surgimento do Estado e este tem, dentre suas finalidades, a concretização de fins comuns para a coletividade a exemplo da prestação de serviços e a garantia de bens e direitos. Isso se materializa através da segurança pública, educação, cultura, moradia, saúde, dentre outros benefícios.

A manutenção e o desenvolvimento do Estado requerem uma estrutura de organização previamente alicerçada na geração de receita pública. Estas disponibilidades ingressam nos cofres públicos através de atividades financeiras, tais como: arrecadação de tributos e contribuições, prestação de serviços, acesso a instrumentos de créditos, dentre outras. Diante do contexto, a receita pública torna-se crucial, posto que é o lastro financiador das necessidades e dos fins pretendidos pela sociedade.

Em economias desenvolvidas, a definição de receita pública supera a concepção tradicional, de caráter estritamente orçamentário. Enquanto as economias em vias de desenvolvimento enxergam a receita como fato gerador de recursos para fazer frente aos dispêndios estatais, a visão ampliada defende que a receita pública é um indispensável instrumento de política econômica. Na análise do gerenciamento e utilização da receita, essa deve ser considerada *“como elemento auxiliar na condução da política econômica e na modificação do ambiente*



macroeconômico, muitas vezes associado a complexos cenários da economia mundial". (III Semana de AOFCP – Contabilidade Pública Aplicada ao SIAFI, Abril, 2006)

Apesar do conhecimento mais amplo acerca da concepção e utilização da receita pública, este artigo se limitou à visão estritamente orçamentária, pois abordará a evolução e composição dos recursos que dão sustentabilidade de financiamento à Universidade Federal de Sergipe. Esta instituição, dentro do aparato estatal, desempenha as seguintes funções: a prestação de serviços voltados para o ensino de terceiro grau e pós-graduação; o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e; a propulsão das atividades de extensão. O artigo explana inicialmente uma visão histórica sobre as receitas nas IFES. Aborda, ainda, a possibilidade de ingresso de numerário através da instauração de um programa de captação de recursos por meio de doações.

2. As fontes de financiamento das IFES

Atualmente a educação pública no Brasil, em suas diferentes modalidades, é financiada obrigatoriamente pelo setor público, tendo a responsabilidade financeira dividida entre as três esferas governamentais. De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal (CF), de 1998, devem ser aplicados em educação, no Brasil, no mínimo um percentual de 18% da arrecadação tributária da União. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem alocar um percentual de 25% sobre a receita de impostos e contribuições arrecadadas.

Além dos recursos estabelecidos pela Carta Magna, são investidos em educação os seguintes percentuais: na **União**, são investidos 2,5% da folha de salário-contribuição pagos pelas empresas comerciais e industriais e, 0,8% do montante comercial dos produtos das empresas agrícolas. No **Estado**, aplica-se 25% referente às transferências de créditos federais que compõe o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e, 2/3 das arrecadações da quota-parte do salário educação. Nos **Municípios**, são investidos os 25% referente às transferências de recursos da União. Estes formam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Outra questão relevante sobre financiamento das IFES é que, no passado, na composição orçamentária, 90% dos créditos do Governo Central encontravam-se comprometidos com despesas de pessoal. Em relação aos créditos para outros custeios e capital - OCC, o Governo Federal transferia para cada IFES um teto, cujo valor era praticamente igual ao valor definido no exercício anterior. O complicador dessa situação era a falta de regularidade na liberação dos repasses, pois esses dependiam das disponibilidades orçamentárias e financeiras do Ministério da Educação (MEC).

A permanência dos tetos para OCC implicava em perdas e declínios dos recursos, sobretudo, em períodos de elevada inflação. As IFES visando solucionar o problema passaram a elevar as solicitações mensais de recursos financeiros alegando o pagamento de despesa de pessoal, no entanto, tinham como objetivo a aplicação dos saldos excedentes - sobras de recursos pós pagamento das despesas de pessoal - no mercado financeiro.

Os ganhos auferidos através de aplicações financeiras tornavam-se recursos próprios e eram utilizados para financiar as despesas de custeio e capital. A prática de ganhos sobre o saldo excedente da folha de pagamento estimulou os gestores das IFES a aumentarem as despesas com



pessoal. Essa atividade foi classificada pela literatura vigente como a “*racionalidade da ineficiência*.”

A situação exposta gerava distorções em relação à alocação dos recursos próprios entre as IFES, pois enquanto algumas não aceitavam inflar a folha de pessoal e, por essa razão passavam por apertos financeiros, outras abusavam na criação e utilização de saldos. Por essa razão, Schwartzman, (2005), afirmou que o volume de excedentes dos recursos era gerado pela capacidade técnica de criação dessas disponibilidades por parte de cada instituição e pela cadeia de relacionamentos estabelecidos com os profissionais do MEC.

Dessa forma, não era dada ênfase a critérios de avaliações das necessidades reais das IFES. Assim não existia a descentralização de acréscimo para prestigiar o desempenho oriundo da aplicação de políticas voltadas para o ensino superior.

Data-se do início dos anos 90 os primeiros esforços no sentido de distribuir os créditos orçamentários alicerçados em critérios que levassem em conta o esforço e o desempenho da instituição. Destarte, essa nova matriz de distribuição se restringiu à alocação de aproximadamente 10% do OCC, posto que os montantes de créditos destinados para suprir as despesas de pessoal encontravam-se *engessados*.

Somente no final da década de 90, com a impossibilidade de ganhos financeiros por meio de aplicação do excedente da folha de pagamento é que surgiu uma nova matriz com capacidade de alocação dos créditos equivalente à 100% do OCC. O novo modelo de distribuição do orçamento público levou em conta as variáveis de pesquisa, atribuindo para essas um peso de 15% e do ensino, com alíquota de 85%.

Foram considerados, ainda, os seguintes critérios: *eficiência na diplomação de alunos; área de conhecimento dos cursos; turno em que esses ocorrem; volume de oferta e; avaliação da qualidade da pós-graduação*. Assim, a utilização da matriz com nova metodologia de distribuição dos créditos orçamentários possibilitou a inserção da cultura de avaliação e aferição de resultados, visando alcançar o equilíbrio e a racionalidade na alocação da dotação orçamentária entre as IFES.

Atualmente, a matriz ANDIFES estabelece a forma como os recursos para outros custeios e capitais (OCC) são distribuídos entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição, no que se refere ao número de alunos matriculados, formados e titulados, dentre outros indicadores.

Outra questão que afeta a maior necessidade de financiamento das IFES é a permanência dos gastos com aposentados e pensionistas nos orçamentos das instituições. Essas despesas continuam sendo computadas como gastos com educação, no entanto são dispêndios previdenciários. Outra discussão é que as alterações legais estabelecidas pelo Regime Jurídico Único (RJU) implicaram em crescimento expressivo da folha de inativos das IFES, pois os servidores anteriormente regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) passaram a ser contemplados pelo RJU.



Vale salientar que o Ministério da Educação é o órgão de maior expressividade no financiamento público das IFES; no entanto conta-se com a contribuição financeira das Agências de Fomento, tais como: Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e outras fundações estaduais que apoia à pesquisa.

As agências de fomento dão sustentabilidade financeira aos cursos de pós-graduação, pois investem recursos para garantir o apoio institucional e o funcionamento destes. Oferecem, ainda, bolsas de manutenção aos alunos matriculados e, possibilitam treinamentos nacionais e internacionais aos docentes. Ofertam, também, as bolsas de auxílio à pesquisa e as bolsas de pesquisa para professores/pesquisadores.

Uma importante característica da atuação dessas agências é a distribuição dos recursos baseando-se, fundamentalmente, em avaliações pelos pares. Todas elas contavam com comitês, formados por professores e pesquisadores, que analisavam os pleitos alicerçados em projetos. Além disso a CAPES vem promovendo sistemática e contínua avaliação dos cursos de pós-graduação, cujo resultado influencia a alocação de recursos entre as instituições.

O que torna o sistema interessante é que ele não contém orçamentos automáticos, que se repetem a cada ano. Com exceção dos recursos aportados pela FINEP, de apoio institucional (atualmente desativado), o sistema aloca recursos nos melhores programas e em benefício de pesquisadores/professores mais bem avaliados, criando dessa forma um ambiente competitivo na busca de excelência no ensino de pós-graduação e na pesquisa.

Salienta-se que um efeito colateral negativo é o suposto desinteresse pelas atividades da graduação por parte de docentes e dirigentes, uma vez que ações não trazem o mesmo retorno acadêmico e financeiro aos professores. De qualquer forma são recursos significativos que nem sempre são orçados nas IFES - a maior parte deles ingressa através das fundações - que induzem um interessante processo competitivo, em nada semelhante às práticas usuais dos demais setores das universidades.

Cabe lembrar que as fundações de apoio para as universidades, na década 90, também se constituíram em forte instrumento de captação de recursos, visando em algumas IFES a complementação do quadro de pessoal e dos salários de servidores. Angariava, ainda, recursos extras para viabilizar fins pretendidos por determinadas unidades e departamentos. As dificuldades enfrentadas referente ao limitado orçamento de OCC e a contenção salarial implicaram em busca de respostas que respaldaram a participação das Fundações como alternativa para melhorar o funcionamento das IFES. Assim as Fundações, naquele momento, deram suporte à captação de ingressos extra-orçamentários tanto por meio da prestação dos serviços de pesquisas e correlatos como pela oferta de cursos de extensão.

Como os recursos captados e os gastos realizados eram apenas registrados nas fundações e, nessas instituições ocorria, também, o recebimento e execução de recursos públicos, os procedimentos por elas realizados eram fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e pelos demais órgãos de controle governamental. Hoje, entende-se que algumas receitas depositadas na Fundação pertencem a universidade e assim devem ser depositadas na Conta Única e executadas pela instituição pública, uma vez que fazem parte do Orçamento Geral da União (OGU).



Nesse sentido, Schwartzman, 2005, esclarece que os registros das despesas e receitas por parte da Fundação acabam por “*subestimarem o verdadeiro orçamento das IFES, existe sempre o perigo de que as atividades captadoras de recursos se sobreponham, em importância, a outras de natureza acadêmica, competindo com cursos de graduação, tempo para pesquisa e orientação de alunos*”.

Salienta-se que no Brasil não existem cálculos que demonstrem o montante geral das receitas pertinentes as IFES e administradas pelas fundações. Portanto, uma análise financeira aprofundada requer como pré-requisito o conhecimento do montante das disponibilidades extra-orçamentárias, captadas por meio das Fundações de Apoio.

Por fim, em relação à captação de recursos por meio de doações, dentre os raros trabalhos existentes no Brasil destaca-se a tese de Riscarolli, (2007). Ela apontou questões relevantes a serem pensadas pelos que buscam novos caminhos visando ampliar a capacidade de financiamento da instituição. A autora tomando por base as práticas de captação de três universidades norte-americanas em comparação com três congêneres brasileiras abordou as principais diferenças existentes a partir da análise de parâmetros como: contexto, papel e finalidade da captação, estratégia, voluntariado, aspectos da cultura e legislação..

Salienta-se, também, que todas as estratégias executadas nas IFES norte-americanas são possíveis de aplicação no Brasil, entretanto percebe-se que as universidades brasileiras caminham a passos lentos quanto a essa alternativa. As práticas aqui vivenciadas são abordadas pela literatura contemporânea como experimentos incipientes.

Quanto às experiências vivenciadas pelas universidades brasileira, observa-se que as captações dos recursos ocorrem sem a prévia existência de uma política institucional e sem o estabelecimento anterior do papel e finalidade da captação. Dependem apenas dos esforços das instituições. Destarte, a estratégia mais utilizada são as demandas diretas para as instituições e empresas visando suprir as despesas de eventos. Ultimamente, observam-se as tentativas de repulsão com base em incentivos fiscais, como se verificou a utilização através da lei Rouanet que, de forma direta, se vincula aos projetos culturais.

Riscarolli, 2007, frente às pesquisas por ela realizadas, chegou à seguinte conclusão:

“As experiências de captação das três instituições brasileiras, porém, indicam, com muita certeza, que a captação de recursos no Brasil para IES é perfeitamente possível e exequível. É preciso apenas constituir a captação com papel e finalidades específicas, uma clara política de institucionalização da captação determinada pela alta administração e a implementação de estratégias consistentes”. (RISCAROLLI, 2007, p.169)

Assim, a pesquisadora alegou que para programar a captação de recursos nas IFES faz-se necessário o desenvolvimento anterior das competências e das necessidades internas da instituição. É preciso ter um conhecimento que permita o equilibrado posicionamento em relação aos doadores prospectivos e a manutenção dos mesmos. Por fim, ressalta-se o envolvimento e a utilização de voluntários no trabalho de captação das receitas. Nessa caso, as universidades precisam envolver mais a comunidade na qual esta inserida, estimulando os possíveis doadores e de fato aprendendo a demandar para os fins sociais que beneficiem a todos.



Outra discussão pertinente que afeta o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior é a descontinuidade das políticas públicas, posto que cada governante elabora o seu Plano Plurianual de Governo – PPA com vigência para quatro anos.

As prioridades estabelecidas em um governo podem ser diferentes das pleiteadas pelos governos posteriores e, não há garantia de continuidade dos programas de trabalhos direcionados para os investimentos em educação de terceiro grau. Este fato gera oscilações quanto aos volumes de investimentos para fins de educação superior, pois há governantes que entendem a educação como dispêndios enquanto outros a enxergam como investimentos. No entanto, vale lembrar, mais uma vez, que a Carta Magna garante os percentuais mínimos que propicia o financiamento da educação, no país.

3. Composição e evolução da Receita na Universidade Federal de Sergipe

Na Universidade Federal de Sergipe o orçamento consolidado está dividido em dotação direta e transferências governamentais. A dotação direta é composta pelos créditos pertencentes à instituição, oriundos das fontes do Tesouro e de recursos próprios e as transferências governamentais referem-se aos créditos oriundos de outras unidades governamentais e executados pela universidade.

As receitas do Tesouro financiam as despesas obrigatórias¹, os investimentos² e aproximadamente 80% dos dispêndios de custeio³. As receitas que suprem as despesas obrigatórias são garantidas pelo Governo Central, já os créditos orçamentários para fazer frente às despesas de custeio e capital – OCC das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são definidos no MEC, pela aplicação da matriz ANDIFES.

Em se tratando da matriz ANDIFES, a literatura contemporânea aborda que na distribuição dos créditos entre as IFES são considerados dois componentes denominados de *input* e *output*. No item *input* são enfatizadas as necessidades das IFES, levando em conta os indicadores físicos de tamanho, especificamente, a área construída e o número de alunos matriculados, considerando também alguns indicadores de qualidade, como volume de gastos, inclusive com recursos próprios. O *output* é composto por parâmetros e indicadores como:

1º) qualidade, sendo que essa é considerada como a avaliação pela CAPES dos cursos de pós-graduação e verificação do índice de qualificação do corpo docente;

2º) produtividade, que é compreendida como a relação entre ingresso e diplomação, quantitativo de certificados, teses e doutorados e;

3º) eficiência, definida como a relação entre aluno/docente, docente/funcionário.

¹ No caso da UFS, as despesas obrigatórias correspondem aos dispêndios de pessoal e encargos sociais.

² Os investimentos na instituição são as realizações de obras, assim como as diversas aquisições de móveis e equipamentos.

³ As despesas de custeio equivalem a toda e qualquer despesas para garantir a manutenção e o funcionamento da instituição, a exemplo de água, energia, telefone, material de expediente, etc.



**IX Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul**





p.13). Destarte, dentre os entraves tem-se o cerceamento quanto aos limites de empenho disponíveis.

Diante do contexto o quadro nº 1 visualiza a composição e evolução dos créditos orçamentários executados pela UFS, por fontes consolidadas de recursos, no período de 1998 a 2008.

Ano	Dotação Direta				Destaques		Dotação Total	
	Tesouro	edução	Recurso próprio	edução	Transferência governamental	edução	Dotação	edução
1998	56994708,00	00	2242865,00	0	2494917,26	00	61.732.485,26	00
1999	60687.728,11	65	1.322.352,67	-41,0	5.890.270,79	136,1	67.900.351,57	100
2000	62.198.069,43	25	1.528.767,45	15,6	5.301.573,33	-100	69.028.410,20	1,7
2001	61.250.092,20	-1,5	1.106.050,76	-27,7	5.319.179,18	03	74.827.138,41	84
2002	60.785.486,96	-08	2.842.802,44	157,0	4.135.441,34	-22,3	73.889.889,55	-1,2
2003	61.226.665,29	07	1.763.480,74	-38,0	5.458.667,69	32,0	79.012.429,46	69
2004	66.719.592,04	90	1.473.549,88	-16,4	5.789.194,10	61	86.187.978,95	9,1
2005	74.676.161,39	11,9	1.860.692,23	26,3	6.276.741,10	84	82.813.511,72	-3,9
2006	83.896.935,98	12,3	2.135.994,41	14,8	5.242.738,13	-16,5	91.275.668,50	10,2
2007	96.863.601,70	15,5	2.215.969,99	3,7	10.341.996,48	97,3	109.421.597,18	19,9
2008	96.895.377,22	00	2.575.578,99	16,2	6.859.781,21	-33,7	106.330.737,43	-2,8

Quadro 1 – Evolução dos créditos executados por fonte de recursos - ano base 1998 (IPCA % a.a)
Fonte: SIAFI.

Em relação à receita própria realizada, esta é composta, dentre outros meios, pelos seguintes: celebração de convênios com órgãos públicos municipais e estaduais; prestação de serviços remunerados à comunidade por parte da UFS; taxas acadêmicas; participação dos comensais do Restaurante Universitário (RESUN) e; ingressos oriundos das inscrições no vestibular.

Quanto à variação dos recursos próprios, o quadro nº 1 evidencia que, no período de 1998 a 2004, esses ingressos sofreram oscilações apresentando discrepantes acréscimos e decréscimos com variações percentuais reais em torno de -41 a 157%. No período de 2005 a 2008 houve oscilações, porém sem índices negativos. Esse processo de *vai-e-vem* na variação real da receita própria se processou porque, além das corriqueiras alíneas que compunham os ingressos de cada exercício, ocorreram fatos que modificaram o perfil dos recursos, conforme relatado nos parágrafos posteriores.

Nos anos de 1998, 1999 e 2002 os ingressos repassados do Sistema Único de Saúde (SUS) para o Hospital Universitário, foram depositados na fonte de recursos próprios. No exercício de 2002, as arrecadações do processo seriado seletivo passaram a ser depositadas na conta de recursos próprios. A partir de 2005, com positivos reflexos financeiros nos anos de 2006, 2007 e 2008 a instituição executou cursos de pós-graduação *lato-senso*, remunerados. Em 2008 ocorreu expressivo depósito na conta de receitas próprias referente a serviços hospitalares, implicando em excesso de arrecadação.

Salienta-se que o Plano de Expansão da Educação Superior, incluindo a Educação a Distância (ED), alavancaram as arrecadações de receitas próprias referente aos serviços



administrativos. Isso ocorreu pela diversificação e ampliação da oferta de vagas nos diferentes cursos presenciais e à distância desencadeando um aumento na demanda por vagas ofertadas.

Outro fato recente que tem contribuído para o aumento da receita própria é a exigência do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União (CGU) para que todos os recursos gerados, envolvendo a UFS, sejam, de fato, depositados na Conta Única da União.

Desse modo, pode-se afirmar que quanto mais ágil for a UFS na capacidade de prestar serviços remunerados ou na formulação de parcerias com instituições privadas e órgãos municipais e estaduais, maiores serão as possibilidades de elevação da receita própria. No entanto, em relação aos serviços educacionais prestados à comunidade, esses, em observância à missão precípua da instituição e à sua constituição jurídica, devem ser garantidos a todos de forma pública, gratuita e com qualidade referendada pela sociedade.

Quanto aos percentuais de execução da receita arrecadada observa-se que, no período, a receita pública arrecada foi quase que totalmente utilizada, apresentando percentuais que variavam em torno de 96 a 100%, embora que nos anos de 2001, 2003 e 2008 os percentuais de utilização foram bem menores.

No exercício de 2002, a execução dessa fonte foi superior à sua arrecadação, fato que ocorre quando à autorização dos créditos orçamentários superam a arrecadação da receita. Salienta-se que os superávits financeiros possibilitam a solicitação de créditos orçamentários nos anos subsequentes.

Para melhor visualização, o quadro nº. 2 *plota* os percentuais de execução da receita própria em relação à sua arrecadação no período de 1998 a 2008.

Receita própria			
Ano	Arrecadada	Executada	% de execução
1998	2.243.306,78	2.242.865,00	99,98%
1999	1.467.673,67	1.440.571,00	98,15%
2000	1.794.936,05	1.764.865,98	98,32%
2001	1.588.038,53	1.374.801,75	86,57%
2002	3.492.525,86	3.976.308,00	113,85%
2003	3.515.568,31	2.696.026,89	76,69%
2004	2.440.148,63	2.423.988,82	99,34%
2005	3.335.323,56	3.234.855,16	96,99%
2006	3.966.748,98	3.830.248,12	96,56%
2007	4.341.520,89	4.150.884,91	95,61%
2008	6.475.948,40	5.109.138,21	78,89%

Quadro 2 - Receita própria executada em relação à arrecadada

Fonte: Sistema de Administração Financeira (SIAFI)

Dentre as fontes financiadoras da instituição têm-se, também, as transferências governamentais, que são dotações de outros órgãos federais executados pela universidade para efetivação de fins comuns. São formalizados através de convênios ou projetos. Essas fontes são relevantes para a instituição, pois acrescem de forma significativa a receita orçamentária total,



possibilitando grandes realizações no campo da educação superior, sem o comprometimento dos créditos pertinentes à UFS.

Assim como a receita própria, as transferências governamentais sofreram oscilações percentuais com acréscimos e decréscimos, no entanto prevaleceram as majorações positivas. No quadro 2, verifica-se que os maiores somatórios de valores nominais correspondem ao período de 2003 a 2005. Os expressivos valores apresentados originaram-se de grandes projetos conquistados pela instituição, no sentido de beneficiar a comunidade na qual a UFS se insere. Dentre esses, podemos destacar: 1º) ampliação da Unidade de Saúde do Hospital Universitário (HU); 2º) implantação de um Campus na cidade de Itabaiana.

Salienta-se que as Transferências Governamentais garantem na UFS o funcionamento e manutenção do Campus da Saúde (HU), a residência médica, a qualificação em nível de mestrado e doutorado do corpo docente, diversos projetos de extensão e de assistência à graduação, dentre outros que beneficiam as pessoas e grupos com eles envolvidos. Possibilita também a ampliação da estrutura física, com construções e montagens de espaços que favorecem a melhoria e a ampliação dos serviços prestados pela instituição.

As transferências Governamentais vinculadas aos projetos e convênios solicitados pela UFS e aprovados por terceiros, mostram-se como *válvulas de escape* que propiciam a captação e ampliação dos recursos, amenizando assim as limitações que são impostas às demais fontes inerentes à instituição.

Uma breve análise acerca dos ingressos que compõem o orçamento da instituição evidencia que as receitas oriundas do Tesouro e dos Recursos Próprios, sobretudo, as advindas do Tesouro são fundamentais frente ao papel supridor das necessidades essenciais enfrentadas pela UFS; No entanto essas fontes sofrem limitações, tanto pelas restrições impostas pela matriz ANDIFES como pela dificuldade interna em relação à prestação de serviços com recebimento de remunerações. Diante do exposto, a elaboração de projetos que garantam a captação de um montante expressivo de transferência governamental apresenta-se como importante alternativa para possibilitar o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico da instituição.

Por fim cabe ressaltar que uma técnica, ainda incipiente, mas com experiências positivas vivenciadas por poucas instituições públicas brasileiras é a ***estratégia de captação de receitas por meio de doações***. A UFS ainda não se inseriu nesse processo e, no momento, não possui campo de pesquisa acadêmica ou técnica visando uma futura aplicabilidade dessa nova modalidade de ingressos.

Nesse sentido afirma-se que as práticas vivenciadas pela instituição podem ser sumarizadas como os patrocínios garantidos por outras instituições públicas e ou privadas para realização de eventos. Obtiveram-se, também, doações de terrenos, a exemplo do cedido pelo Governo do Estado para a Construção do Campus de Lagarto e as concessões de recursos que possibilitaram a construção do Núcleo de Petróleo e Gás (NUPEG). Outra experiência a ser citada é a parceria com o Banco do Brasil que resultou na doação da Construção do Centro de Vivência Universitário.

Destarte, apesar das experiências já praticadas pela Universidade Federal de Sergipe, muitos passos, ainda, precisam ser dados para que se possa programar a inteligência de captação por meio de doações. Neste caso, tomando como referência a pesquisa de Riscarolli, 2007, serão



necessários os seguintes procedimentos: criação do campo de pesquisa para estudar as experiências de sucesso já existentes e com possibilidade de aplicabilidade na instituição; estudo de viabilidade do processo; forma de implementação e sustentabilidade de uma estratégia de captação de receita patrimonial e financeira e; instauração de ações para estimular a adesão de pessoal voluntariado visando esse fim.

Conclusão

Uma breve análise acerca dos ingressos que compõem o orçamento da instituição evidencia que as receitas oriundas do Tesouro e dos Recursos Próprios, sobretudo, as advindas do governo federal são fundamentais frente ao papel supridor das necessidades essenciais enfrentadas pela UFS. Essas fontes, no entanto, sofrem limitações, tanto pelas restrições impostas pela matriz ANDIFES como pela dificuldade interna em relação à prestação de serviços remunerados.

Diante do exposto a elaboração de projetos que garantam a captação de um montante expressivo de transferência governamental apresenta-se como importante alternativa para possibilitar o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico da instituição.

Em relação à captação de receitas por meio de doações, as práticas verificadas na instituição se resumem a: patrocínios garantidos por outras instituições públicas e privadas para realização de eventos; doações de terrenos, a exemplo do cedido para a construção do Campus de Lagarto; as concessões de recursos que viabilizaram a edificação do Núcleo de Petróleo e Gás (NUPEG) e; a parceria com o Banco do Brasil que resultou na construção do Centro de Vivência Universitário. Apesar das experiências supracitadas, até o presente inexistente na UFS um programa consolidado para a captação de receitas através de doações.

Ressaltando-se que esse desenvolvimento perseguido pelos gestores e almejado pela sociedade é fruto de políticas públicas que pregam e visam à inserção social através da educação superior e requerem como lastro um financiamento sólido que garanta a execução das ações necessárias aos fins propostas pelos formuladores das políticas educacionais.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: UNIMEP, 2003.



AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia E Financiamento Das Ifes: Desafios e Ações**. São Paulo, 2008. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf - Similares>. Acesso em: 14 jul.2009

BRASIL: Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 19 mai. 2009

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receita pública: Manual de procedimentos aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, DF, 2005. 177 p.

ESAF - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Apostila de Elaboração e Execução de Orçamento Público**./ Pedro Luiz D. Noblat, organizador. Brasília: 2004

ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. III Semana de Administração, Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal. **Projeção de Receitas/** Organizada por José Paulo Mascarenhas. Brasília. Atualização: abril/ 2006

QUINTANA, Alexandre Costa; SAURIN, Valter. **Fontes de Financiamento e Despesas por Categorias Econômicas no Ensino Superior: Uma Análise Comparativa em Três Universidades Federais da Região Sul**. Revista de Ciências da Administração – v.7, n.13, jan/jul 2005

IPEA. **O Aporte de Recursos Públicos para as Instituições Federais de Ensino Superior**. Rio de Janeiro. Texto para discussão nº 679 (MARINHO, ALEXANDRE), 1998.

IPEA. **Instituições Federais de Ensino Superior: Modelos de Financiamento e o Incentivo à Eficiência**. Rio de Janeiro. Texto para discussão nº 679 (MARINHO, ALEXANDRE & V SGUISSARDI. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Universidade São Francisco, 1999

SCHWARTZMAN, Jacques. **O Financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil**. IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo- USP , 2005. Disponível em: www.iea.usp.br/iea/tematicas/educacao/superior/autonomiafinanciamento/schwartzmanfinanciamento.pdf. Acesso em: 08 mai. 2009.

UFS-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatórios de Gestão 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003**. GARCIA, J. Borges, organizador. Sergipe. 1999 a 2004.

UFS-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatórios de Gestão 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008** . VASCONCELOS G. Moura, organizadora. Sergipe 2005 a 2009.

V SGUISSARDI. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Universidade São Francisco, 1999

VALÉRIA, Riscallori. **Estratégias de Captação de Recursos Aplicáveis à Realidade das Faculdades de Administração de Instituições de Ensino Superior Brasileira**. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/download.php/teses/disponiveis/12/12139/tde-29012008-121105/publico/TESEValeriaFinal.pdf>. Acesso em: 27 abr.2009.



IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis - Brasil
25 a 27 de Novembro de 2009

